

A CORROSÃO DA ESCOLA REPUBLICANA E A AÇÃO SINDICAL DOCENTE

Marcos Ferraz – UFPR

ferrazmarcos@uol.com.br

O presente trabalho busca refletir sobre os desafios da ação sindical docente frente aos processos de avanço de um modelo de socialização neoliberal, onde o desejo individual se sobrepõe ao bem comum e ao sentido político de comunidade, gerando um sentimento de desnecessidade do público (OLIVEIRA, 1999).

Para tanto, o artigo baseia-se sobre alguns pressupostos consolidados na área. Em primeiro lugar, toma-se de Oliveira (2010), a compreensão do trabalho docente intrincado em uma intersecção do ideal de construção do conceito de profissão docente e de diferentes processos de proletarização da atividade.

Interpreto esta compreensão naquilo que a teoria consagrou (FERRAZ, 2012; FERRAZ & GOUVEIA, 2020; FERREIRA JR. & BITTAR, 2006; GINDIN, 2015) como uma característica da organização coletiva dos docentes. Qual seja: conjugar a excelência como agente garantidor de um direito amplo da sociedade – o direito à educação –, com ação coletiva de base corporativa sindical massiva. Mas, também, é possível compreender esta peculiaridade do trabalho docente como o choque entre um ideal de política de valorização, que busca salientar a especificidade do conhecimento profissional (concurso público, diploma de licenciado, remuneração por formação, responsabilidade ética-profissional), com a impossibilidade de codificação do conhecimento necessário para exercer o trabalho (MEHTA, 2020; TARDIF & LESSARD, 2014).

É neste campo de dubiedades, tanto sobre as características pragmáticas da atividade docente; como do seu papel social, que se insere a relação entre Estado e o trabalho docente. Gindin (2015) afirma que a construção do trabalho docente está conectado ao desenvolvimento do Estado moderno. São vários, para o autor, os elementos que produzem essa conexão: 1) O Estado é o maior contratante do trabalho docente na educação básica; 2) O Estado é a instituição reguladora do trabalho docente; 3) Como garantidor do direito à educação, o Estado construiu grandes sistemas de ensino ampliando e definindo a missão da categoria profissional; 4) O Estado é o responsável pela formação docente (GINDIN, 2015). Podemos caminhar um pouco adiante e pensar, não somente no vínculo entre ação coletiva docente e Estado Moderno; mas entre ação coletiva docente e escola republicana (CURY, 2022).

Todo este preâmbulo nos leva à seguinte questão: o atual desafio da ação sindical docente se encontra apenas na tradicional questão da valorização docente – remuneração salarial, carreira, condições de trabalho (GROCHOSKA, 2015) –, ou passou a ser impactado por algum tipo de crise do próprio

conceito de escola republicana? Com base nesta questão, o artigo esboça uma certa periodização da história da ação coletiva docente no Brasil, que aqui pode ser resumida.

Ainda que Vicentini e Lugli (2009) registrem diferentes iniciativas de agremiações de docentes em finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a primeira ação coletiva docente, com impacto na cena pública, pode ser encontrada no Manifesto dos Pioneiros. No movimento dos pioneiros, a conexão entre o ideal da escola republicana e a ação coletiva é explícita. O posicionamento firme pela laicização é quase um ato inaugural da escola republicana no Brasil. Ainda que, no Manifesto dos Pioneiros, o elemento corporativo seja pouco perceptível, o movimento unifica princípios de cidadania e bem comum, organização de interesses e identidade do trabalho docente. A característica corporativa ganhará força com o crescimento da categoria. Diferentes autores (FERRAZ, 2012; FERRAZ & GOUVEIA, 2020; FERREIRA JR. & BITTAR, 2006; GINDIN, 2015) registraram que a reforma de 1971, que amplia o ensino obrigatório para 8 anos, em plena ditadura militar, será decisiva, tanto para um processo de proletarização da profissão, como para o nascimento de uma organização coletiva docente, de base sindical, identificada com o novo sindicalismo. Assim, os anos de 1970 e 1980 vão moldar uma cultura sindical de base, com forte compromisso corporativo, mas sintonizada com o processo de democratização da sociedade brasileira e com os conceitos de cidadania e de direito à educação, consagrados na Constituição de 1988. Se na década de 1930, os interesses docentes eram vocalizados por intelectuais, nem sempre presentes no chão da escola, e se a reforma de 1971 proletarizou a atividade docente; a partir das greves de finais dos anos de 1970, os docentes começam a construir uma identidade de trabalhadores da educação, ancorados, tanto na sua capacidade grevista, como na compreensão da gestão democrática da escola. Tornam-se, assim, personagens importantes – mas não exclusivos – do processo constituinte.

Como pano de fundo, de todo esse movimento, o conceito de escola republicana passa não apenas a conjugar princípios de cidadania e bem comum, mas, também, a absorver o componente corporativo de organização sindical como base da identidade docente, em consonância com o sentido de servidor público, no interior da escola pública.

Mesmo em um cenário de avanço neoliberal, os anos de 1990 colocaram os docentes, já consolidados em uma forte estrutura sindical – CNTE e sindicatos estaduais e municipais –, no centro dos debates de regulamentação da Constituição de 1988. Principalmente, no que diz respeito ao seu capítulo sobre Educação. Políticas de valorização docente ganham centralidade relativa em diferentes debates que se seguiram, como a LDB de 1996 e as políticas de Fundo (FUNDEF e FUNDEB), que impulsionaram a construção de planos de carreira em diferentes Redes. Com a primeira década e meia do século XXI, esta pauta irá se desdobrar em Piso Salarial Nacional Profissional e nos artigos 15, 16, 17 e 18 do Plano Nacional de Educação (2014-2024).

Em resumo, a pauta corporativa trabalhista, ainda que com avanços e retrocessos, é consolidada, não apenas como uma questão de custo da força de trabalho, mas como eixo de construção de uma política de garantia ao direito à educação de qualidade (FERRAZ & GOUVEIA, 2020). Tal fenômeno foi possível porque, sob a base da identidade corporativa de trabalhador da educação, permaneceu intrínseco o papel de servidor público, garantidor de um direito – o direito à educação –, que é fundante da construção da cidadania e dos futuros cidadãos de uma nação.

O golpe de 2016 modifica este cenário. Em primeiro lugar, fragiliza as instituições republicanas ao desrespeitar as vontades programáticas das urnas, em nome de maiorias circunstanciais no parlamento. Este ato não foi apenas o afastamento de uma presidenta eleita, sem que a mesma tenha cometido crime de responsabilidade – o que já seria grave para a democracia –, mas sinalizou, para a sociabilidade política nacional, a possibilidade de desrespeito a todas as instituições republicanas, entre elas, a escola pública. Maiorias circunstanciais ou mesmo desejos individuais – desde que política ou economicamente poderosos – passaram a ser aceitos como superiores ao bem comum. Assim, o artigo propõe interpretar fenômenos ou movimentos como Escola sem partido, plataformização da educação, militarização das escolas, gestão privada das escolas, crescimento de pautas religiosas sobre a laicidade da escola pública, não apenas como fenômenos econômicos (avanços neoliberais) ou ideológicos (crescimento do conservadorismo ou da extrema direita); mas como um processo corrosivo do papel da escola republicana, e, por consequência, da identidade do docente e de sua capacidade de unificar interesses ao redor da ação sindical.

Referências Bibliográficas:

- CURY, C. R. J. Educação, direito de todos eu o bicentenário da independência. In: Cadernos de História da Educação, v. 21, pp. 1-27, 2022.
- FERRAZ, M. Sindicalismo docente no Brasil: elementos para uma análise. In: GOUVEIA, A. B.; FERRAZ, M. (Orgs.). Educação e conflito: luta sindical docente e novos desafios. Curitiba: Appris, 2012.
- FERRAZ, M.; GOUVEIA, A. B. A valorização do magistério como uma dimensão da qualidade da educação: uma mirada sobre o debate sindical. In: Em Aberto, v. 33, pp. 133-148, 2020.
- FERREIRA JR.; BITTAR, M. A ditadura militar e a proletarização dos professores. In: Educação & Sociedade, vol. 27, n. 97, pp. 1159-1179, 2006.
- GINDIN, J. Por nós mesmos: o sindicalismo docente de base na Argentina, no Brasil e no México. Rio de Janeiro: Azougue, 2015.
- GROSCHOSKA, M. Políticas educacionais e a valorização do professor: carreira e qualidade de vida dos professores de educação básica do município de São José dos Pinhais / PR (tese de doutorado). Curitiba, UFPR, 2015.

MEHTA, J. Da burocracia à profissão: reconstruindo o setor educacional para o século XXI. In: Jornal de Políticas Educacionais, v. 14, n. 56, pp. 1-37, 2020.

OLIVEIRA, D. A. Os trabalhadores da educação e a construção política da profissão docente no Brasil. In: Educar em Revista, v. 01, pp. 17-35, 2010.

OLIVEIRA, F. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. (Orgs.) Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

TARDIF, M.; LESSARD, C. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2014.

VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. G. História da profissão docente no Brasil: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.